

INTERVENÇÃO NO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 8.10.2006 SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2007

**Sr. Presidente da Assembleia da República
Sr. Primeiro Ministro
Srs. Membros do governo
Srs. Deputados**

Vimos ontem o sr. 1º ministro muito eufórico com o andamento da nossa economia. Hoje o Ministro das Finanças também entrou na euforia, o que é mais grave por ser economista. Seria bom que o governo reflectisse um pouco sobre o seguinte:

- **O aumento das exportações de que fala tanto está associado à degradação dos preços e dos termos de troca**, como consta do próprio Relatório do Orçamento,
- **A taxa de crescimento do PIB potencial é actualmente em Portugal inferior a 2%**, o que torna praticamente impossível qualquer crescimento económico elevado e sustentado.
- **A experiência empírica mostra que em Portugal para haver uma redução sustentada do desemprego é necessário que o PIB cresça acima de 2%**
- **Os problemas estruturais do nosso País** – grave desigualdade na repartição da riqueza e do rendimento; baixa escolaridade e qualificação; reduzido investimento e, em particular, o investimento de qualidade, etc.- que constituem as causa da crise actual **continuam por resolver**, e vão-se agravar com este Orçamento como mostrarei.

As Contas Nacionais publicados pelo INE, referentes ao 2º Trimestre de 2006, que tanta euforia lhe provocaram, revelam também, e o sr. 1º ministro esqueceu-se disso, que o **reduzido crescimento económico de 0,9% foi conseguido** através da incorporação de mais trabalhadores, e não por meio do aumento da produtividade, que até diminuiu em 0,5%, como consequência também de uma nova quebra 7% no investimento.

Em 2007, o investimento publico realizado no âmbito do PIDDAC, vai reduzir-se novamente no Continente, o que vai ter um efeito negativo no investimento privado. Mas os cortes são extremamente desiguais, atingindo mais os distritos do interior ou com graves problemas sociais, como sucede com **Castelo Branco com -51%; Braga -35%; Leiria -46%; Aveiro -42%; etc.**, o que vai agravar ainda mais as já graves assimetrias regionais.

Em 2007, o PIDDAC do Ministério das Obras Públicas financiado pelo Orçamento é apenas de 640 milhões de euros (-19% do que em 2006). Mesmo assim reparte-se da seguinte forma: 75% para os transportes rodoviários, 3,5% para o ferroviário, e 5,9% para o Metro (Lx., Porto, Mondego, Sul Tejo). **Desta forma o governo continua a promover o transporte rodoviário e o individual, agravando distorções e a dependência energética do País.**

O sr. 1º ministro diz que este é um orçamento de coesão social. Mas em 2007, pela primeira vez, o peso das despesas com as funções sociais (Saúde, Educação, Segurança social e Habitação) na despesa total do Estado vai diminuir em 1,7 pontos percentuais, que significam menos 780 milhões de euros, o que vai determinar mais sacrifícios para a maioria da população.

Em 2007, para além de **um aumento liquido de 1% nos vencimentos dos trabalhadores da Administração Publica**, que corresponde a cerca de um terço da taxa de inflação real prevista, **o governo reduziu em 446 milhões de euros o orçamento para “remunerações certas e permanentes”** de 11 ministérios. Isto

significa que não haverá dinheiro para pagar as remunerações a todos os trabalhadores da Administração Pública, o que obrigará, ou ao despedimento 30.000 trabalhadores ou então à colocação de mais de 100.000 trabalhadores na SME, que é o novo nome do quadro de supranumerários, com vencimento reduzido.

O sr. 1º ministro afirma que este é um orçamento que promove a educação, o ensino e a ciência. Como é que pode promover a educação se o orçamento de 2007 para pagar as remunerações dos professores e de outro pessoal é inferior em 356 milhões de euros ao de 2006. E como é que promove o ensino superior quando se verifica uma redução de 120 milhões de euros nas despesas de funcionamento. Não será mais correcto dizer que este orçamento é um orçamento do confronto com os professores e outros trabalhadores, de instabilidade, e de degradação do sistema de educação e de ensino superior?

O sr. 1º ministro afirma que este é um orçamento que combate as desigualdades.

Mas eu pergunto: Como é que se pode afirmar isso, quando 75% das receitas fiscais têm como origem impostos indirectos e IRS pagos fundamentalmente pelos trabalhadores e reformados.

Como é que se pode afirmar isso, quando com base numa taxa de inflação fictícia de 2,1% se aumentam os escalões de IRS e os abatimentos no rendimento do trabalho nesse valor, o que vai determinar que, em 2007, para salários reais idênticos aos de 2006, os trabalhadores terão de pagar mais IRS

Como é que se pode afirmar isso quando se reduz o abatimento específico dos reformados o que determinará que aqueles que tenham uma pensão superior a 435 euros terão de pagar mais IRS em 2007.

Como é que se pode afirmar isso quando os trabalhadores na grave situação de “recibos verdes”, mesmo que os seus rendimentos não aumentem, terão de pagar mais de IRS em 2007

Como é que se pode afirmar isso quando os deficientes, incluindo os das Forças Armadas, desde que tenham rendimento superior a 700 euros por mês, mesmo com encargos acrescidos, terão de pagar mais IRS em 2007.

Como é que pode afirmar que este orçamento combate as desigualdades quando se trata os trabalhadores, os reformados e os deficientes desta forma, e se mantém ou mesmo aumenta os privilégios fiscais concedidos aos grandes grupos económicos.

A provar isso está a recusa do governo em revogar a norma do Estatuto dos Benefícios Fiscais que isenta a banca de pagar imposto sobre 50% dos dividendos de empresas privatizadas; está a revogação neste Orçamento da norma que tributava os lucros que tivessem circulado por paraísos fiscais e zonas francas para não pagarem impostos, os quais passarão a ficar isentos; está o aditamento ao EBF, mantendo-os assim em vigor por muitos mais anos, dos escandalosos benefícios fiscais concedidos à concentração de empresas, que beneficiam fundamentalmente os grandes grupos económicos, que constam do DL 404/90, que deviam terminar este ano.

O sr. 1º ministro afirma e repete que este orçamento é credível porque não utiliza artifícios para reduzir o défice

MAS EU PERGUNTO: O que se poderá chamar a este PIDDAC para 2007 , em que o valor financiado pelo Orçamento e por fundos comunitários diminui -13%, enquanto o financiado por “Outras Fontes”, que resultam do endividamento de empresas publicas, cresce 84%?

A REFER é um caso paradigmático. Num investimento de 560 milhões de euros, apenas 5 milhões de euros, ou seja, menos de 1% são financiados pelo Orçamento, sendo 400 milhões de euros financiado através do endividamento de uma empresa que já está quase tecnicamente falida.

Através artifícios como este o governo está a transferir o défice para as empresas públicas, que causará ou a degradação destas empresas ou mais sacrifícios para os portugueses. São autênticos artifícios de engenharia financeira que visam reduzir o défice.

Em 2007, o governo prevê que o défice se reduza em 1.118 milhões de euros. No entanto, a redução de despesa pública determinada pelo congelamento das promoções e abonos na Administração Publica e pela transferência da despesa do PIDDAC para as empresas públicas, ou seja, devido a estas medidas extraordinárias, ultrapassa aquele valor, já que soma 1.132 milhões de euros .

De acordo com o Relatório do Orçamento do governo **o défice estrutural em 2007, ou seja, ajustado do ciclo e de medidas extraordinárias, será de -2,6% do PIB.** O sr. Ministro das Finanças diz que não é este o défice que interessa. **Aconselho-o a ler o documento da Comissão Europeia ECFIN/581/02, pág. 9**

AS PERGUNTAS QUE FAÇO SÃO ESTAS: Será que o governo está a seguir um politica de destruição da economia e da vida dos portugueses para, quando chegar às eleições, poder tomar medidas populistas criando a falsa ilusão que os problemas do País foram resolvidos, e que o futuro será diferente, para assim enganar mais uma vez os portugueses?

Se esse é o objectivo desta politica que faz lembrar a de Salazar, de “contas certinhas” mas deixando um País atrasado e milhões de portugueses na miséria, certamente os portugueses não se deixarão enganar novamente.

**Eugénio Rosa
Deputado
Economista
8.10.2006**